



DIGITALIZAÇÃO E INCLUSÃO FINANCEIRA NOS BRICS: DESAFIOS, POLÍTICAS E PERSPECTIVAS COMPARADAS

Giovanni Pereira Mendonca, Paulo Fernando Marschner

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a inclusão financeira nos países dos BRICS no contexto da digitalização financeira, identificando avanços, desafios e políticas para ampliar o acesso e o uso de serviços financeiros digitais. A pesquisa adota abordagem qualitativa, utilizando análise documental de relatórios oficiais, planos estratégicos e publicações multilaterais, sistematizadas por meio da análise de conteúdo, permitindo identificar padrões, divergências e lições aprendidas nos contextos nacionais dos BRICS. A análise evidencia três trajetórias distintas de inclusão financeira digital: (i) Estado como Arquiteto, em China e Rússia, com liderança centralizada do Estado; (ii) Infraestrutura Digital como Bem Público, na Índia, em que o Estado fornece a base tecnológica e o setor privado é incentivado à inovação; e (iii) Paradoxo da Sofisticação e Exclusão, no Brasil e África do Sul, onde o desafio central é transformar o acesso formal em uso efetivo. Os achados indicam descompasso entre acesso e uso em países com inclusão superficial, baixo letramento financeiro e risco de endividamento, e destacam a relação entre digitalização, soberania e sustentabilidade, mostrando diferentes prioridades estratégicas em cada país. O estudo amplia a literatura sobre inclusão financeira nos BRICS e oferece lições práticas para outras economias emergentes, destacando a importância do papel do Estado, da infraestrutura pública e da integração de políticas sociais e educacionais.

Palavras-chave: Inclusão Financeira; Digitalização; BRICS.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão financeira ganhou destaque internacional em 2005, quando a ONU declarou o Ano Internacional do Microcrédito, ressaltando a necessidade de reduzir desigualdades financeiras. Com o avanço das tecnologias de informação e comunicação no final da década de 2000, a inclusão financeira consolidou-se como central ao desenvolvimento econômico e social, sendo essencial para reduzir pobreza e ampliar oportunidades, aproximando instituições financeiras da população (Banco Mundial, 2020).

Apesar dos avanços, a exclusão financeira persiste. A posse de contas não garante uso efetivo, resultando em inatividade e baixo impacto sobre o bem-estar (Gabor; Brooks, 2017). O uso ativo e diversificado de serviços é determinante para a inclusão (Dupas; Robinson, 2013), mas barreiras como segurança, regulação, baixa familiaridade tecnológica, alfabetização digital e infraestrutura insuficiente permanecem (Gabor; Brooks, 2017; Ozili, 2018), assim como o risco de endividamento por crédito facilitado em aplicativos pouco regulados (Soederberg, 2013). Tecnologias como bancos digitais, carteiras eletrônicas e microcrédito ampliaram o acesso, sobretudo para grupos excluídos, embora possam acentuar vulnerabilidades (Allen *et al.*, 2016).

A literatura trata a inclusão financeira sob diferentes perspectivas teóricas: acesso a serviços, inclusão social, mercado, financiamento público e fundos de intervenção (Ozili, 2020). Estudos empíricos analisaram impactos sobre crescimento econômico (Sarma, 2008; Sethi; Acharya, 2018), desigualdade e desenvolvimento (Burgess; Pande, 2005; Sarma; Pais, 2011), efeitos regionais (Swamy, 2014; Zins; Weill, 2016; Demirguc-Kunt *et al.*, 2018), finanças digitais (Kim *et al.*, 2018; Ozili, 2018) e serviços móveis na redução da pobreza (Ouma *et al.*, 2017; Churchill; Marisetty,



2020), evidenciando impactos positivos da inclusão financeira sobre crescimento, pobreza e desigualdade.

Entre as economias emergentes, os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) têm crescente relevância econômica e política, adotando diversas iniciativas de inclusão financeira. No Brasil, o Bolsa Família integrou serviços bancários em 2004; a África do Sul lançou a Conta Mzansi; a Índia criou o Pradhan Mantri Jan Dhan Yojana em 2014; e China e Rússia priorizaram infraestrutura e tecnologias inovadoras. Em 2021, a Rússia e a China lideraram em adultos com conta bancária (88,71%), seguidos pela África do Sul (85%), Brasil (83,56%) e Índia (77,3%) (Banco Mundial, 2021).

Estudos recentes sobre os BRICS identificam fatores e impactos da inclusão financeira. Pandey *et al.* (2023) destacam população, usuários de internet, crédito doméstico e agências bancárias, enquanto PIB e crédito ao setor privado têm efeitos mistos. Vuković *et al.* (2024) mostram que fintechs promovem inclusão de longo prazo sem ameaçar estabilidade. Syed *et al.* (2024) indicam que alta incerteza política reduz a inclusão, mitigada por boa governança. Onatunji (2024) evidencia que inclusão reduz desigualdade, com instituições fortes ampliando o efeito. Syed (2025) aponta que integração econômica global e regional, crescimento, qualidade institucional e tecnologia impulsionam a inclusão. Dong *et al.* (2025) associam inclusão financeira ao crescimento verde, e Talbi e Sebai (2025) mostram efeitos não lineares sobre estabilidade, reforçando a necessidade de políticas regulatórias adequadas.

Apesar dos avanços, os BRICS enfrentam desafios internos e externos, como crises geopolíticas, instabilidade política e divisões econômicas, exemplificadas pela pandemia de COVID-19 e crises de microcrédito (Zharikov, 2023; Talbi; Sebai, 2025). Ainda assim, a promoção da inclusão financeira continua central em suas estratégias de desenvolvimento. Embora a literatura sobre inclusão financeira nos BRICS seja crescente, estudos anteriores apresentam limitações: predominância de abordagens quantitativas, pouca análise de processos institucionais e regulatórios, e escassez de comparações entre países. Diante dessas lacunas, o objetivo desta pesquisa é analisar o panorama da inclusão financeira nos países dos BRICS no contexto da digitalização financeira, a fim de compreender avanços, desafios e políticas adotadas para ampliar o acesso e o uso de serviços financeiros digitais. Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa, descritiva e documental, capaz de identificar padrões, singularidades e lições aprendidas, oferecendo compreensão aprofundada e contextualizada do fenômeno, além de contribuir para debates acadêmicos e práticas de desenvolvimento sustentável.

Esta pesquisa oferece contribuições relevantes tanto para a literatura acadêmica quanto para a prática. Sua justificativa reside na adoção de uma abordagem qualitativa, descritiva e documental, especialmente adequada para examinar em profundidade políticas, regulamentações e estratégias de inclusão financeira nos países do BRICS. Esse enfoque possibilita identificar padrões, especificidades e lições aprendidas, preenchendo lacunas deixadas por estudos anteriores de caráter predominantemente quantitativo. Além do avanço acadêmico, dialoga com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como empoderamento econômico das mulheres (ODS 5), crescimento e empreendedorismo (ODS 8), redução das desigualdades (ODS 10), infraestrutura sustentável (ODS 9) e mobilização de recursos globais (ODS 17). Ao avaliar oportunidades e limitações da digitalização financeira, amplia a compreensão sobre riscos estruturais, desafios regulatórios e impactos sociais, fornecendo subsídios teóricos e práticos para formuladores de políticas e o debate internacional sobre inclusão financeira.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A inclusão financeira diz respeito ao acesso e ao uso de serviços como contas bancárias,



crédito, seguros, poupança e meios de pagamento, oferecidos de forma responsável e sustentável. Reconhecida como um pilar do crescimento econômico inclusivo e da redução da pobreza, sobretudo em economias em desenvolvimento (Demirgüç-Kunt *et al.*, 2018), tornou-se um tema central da literatura, analisado sob diferentes perspectivas teóricas que buscam compreender os fatores que condicionam o acesso e a utilização de serviços financeiros formais, especialmente entre populações vulneráveis. Ozili (2020) propôs cinco linhas teóricas para compreender a inclusão financeira: i) o acesso à inclusão financeira; ii) a inclusão financeira como inclusão social; iii) a abordagem de mercado; iv) a abordagem do financiamento público; e v) a abordagem do fundo de intervenção.

A primeira linha teórica enfatiza o acesso à inclusão financeira, destacando serviços básicos como contas, crédito e seguros. Para Demirgüç-Kunt e Klapper (2013), a inclusão depende da capacidade de acesso a esses serviços, sendo a melhoria da infraestrutura financeira essencial para integrar populações antes excluídas do sistema bancário. A segunda linha concebe a inclusão financeira como inclusão social, defendendo que ela vai além do acesso, envolvendo o empoderamento dos indivíduos para usar os serviços de forma eficaz. Chibba (2009) e Sarma e Pais (2011) ressaltam que o acesso pleno pode reduzir a pobreza, promover igualdade social e integrar indivíduos à economia, permitindo-lhes aproveitar oportunidades financeiras. Assim, a inclusão financeira deve ser entendida como parte de um processo mais amplo de integração social.

A abordagem de mercado enfatiza que a inclusão financeira é mais bem promovida pela iniciativa privada e pela competição. Cull *et al.* (2013) e Mohiuddin (2015) destacam que investimentos em tecnologias inovadoras permitem ampliar o acesso a serviços financeiros, enquanto a competição, especialmente entre fintechs, reduz custos e supera barreiras econômicas e geográficas, alcançando populações marginalizadas. A abordagem do financiamento público defende que a inclusão financeira deve ser uma prioridade do Estado. Segundo Marshall (2004) e Dashi *et al.* (2013), o governo tem um papel essencial em garantir que os serviços financeiros estejam disponíveis para todos, especialmente para as populações mais vulneráveis. Essa abordagem argumenta que, embora o setor privado desempenhe um papel importante, a intervenção pública é essencial para assegurar que a inclusão financeira atenda a todos os segmentos da sociedade, particularmente os mais pobres, seja por meio de políticas que expandam serviços em áreas remotas ou por subsídios que tornem produtos financeiros acessíveis a baixo ou nenhum custo.

Finalmente, a abordagem do fundo de intervenção sugere que a inclusão financeira também pode ser impulsionada por fontes externas, como organizações filantrópicas, organizações não governamentais e governos estrangeiros. El-Zoghbi, Gähwiler e Lauer (2011) destacam que esses atores podem fornecer o financiamento necessário para apoiar iniciativas de microfinanças e outros programas voltados para a inclusão financeira. Essa abordagem vê o financiamento externo como uma forma de superar a falta de recursos locais, especialmente em contextos em que o setor privado e o governo não conseguem agir de forma eficaz.

Segundo Ozili (2020), essas abordagens oferecem diferentes perspectivas sobre a inclusão financeira, desde o acesso a serviços até o empoderamento social e econômico. A escolha da abordagem orienta políticas e estratégias, sendo essencial para formular ações eficazes que reduzam desigualdades e promovam desenvolvimento. Elas evidenciam a complexidade do tema e indicam que uma solução única não basta, sendo necessário combinar esforços do governo, do setor privado e da sociedade civil para alcançar uma inclusão financeira abrangente.

A literatura sobre inclusão financeira tem se expandido, abordando diversas dimensões. Alguns estudos enfocam indicadores e a relação entre inclusão e crescimento econômico. Sarma (2008) propôs o Índice de Inclusão Financeira (IFI), que considera acesso, disponibilidade e uso de serviços financeiros, mostrando a relevância de políticas públicas para crescimento equilibrado.



Sethi e Acharya (2018), com dados de 31 países, confirmam que a inclusão financeira impulsiona o desenvolvimento.

Estudos também analisam determinantes e impactos regionais. Zins e Weill (2016) destacam educação e renda como fatores centrais na África, enquanto o Global Findex Database (Demirguc-Kunt *et al.*, 2018) evidencia o papel de serviços digitais e fintechs na redução de barreiras globais. Swamy (2014) mostra que a inclusão financeira melhora o bem-estar de domicílios pobres, especialmente mulheres, reforçando a importância da equidade de gênero. A relação entre inclusão, desigualdade e desenvolvimento é evidenciada por Burgess e Pande (2005), que registram redução da pobreza com expansão bancária rural na Índia, e Sarma e Pais (2011), que associam maior inclusão a melhores indicadores de desenvolvimento humano. Finanças digitais promovem crescimento econômico (Kim *et al.*, 2018; Ozili, 2018), enquanto serviços financeiros móveis fortalecem a poupança e reduzem pobreza, como mostram Ouma *et al.* (2017) no Quênia e Churchill e Marisetty (2020) na Índia.

Nos BRICS, há evidências de avanços na inclusão financeira (Pandey *et al.*, 2023; Vuković *et al.*, 2024; Syed *et al.*, 2024; Onatunji, 2024; Syed, 2025; Dong *et al.*, 2025; Talbi; Sebai, 2025), mas persistem lacunas importantes. Estudos concentram-se em análises quantitativas, deixando de captar processos institucionais, regulatórios e contextuais que moldam o acesso e uso efetivo de serviços digitais. Também há escassez de comparações entre modelos nacionais e de pesquisas que integrem dimensões históricas, tecnológicas e regulatórias, evidenciando a necessidade de estudos que considerem contextos específicos e os mecanismos que conduzem à ampliação do acesso e uso de serviços financeiros digitais nos BRICS.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Adotou-se uma abordagem qualitativa, descritiva e documental para identificar, interpretar e comparar políticas, regulamentações e estratégias de expansão do acesso e uso de serviços financeiros digitais, avaliando seus impactos sobre desigualdade econômica e sobre a financeirização da vida cotidiana. A diversidade institucional e regulatória do BRICS permite comparar modelos distintos, destacando padrões, singularidades e lições aprendidas. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, adequada para compreender a complexidade dos processos institucionais e sociotecnológicos ligados à digitalização e à inclusão financeira. Essa estratégia possibilita interpretar políticas públicas, analisar contextos sociopolíticos e explorar significados. Quanto aos objetivos, trata-se de um estudo descritivo, voltado a identificar, registrar e analisar atributos e fatores presentes nos documentos, oferecendo novas perspectivas sobre as iniciativas nos países investigados. Do ponto de vista técnico, é uma pesquisa documental, de caráter exploratório para mapear informações dispersas e descritivo para sistematizar características e tendências (Creswell, 2014).

A coleta de dados foi realizada por meio de análise documental, técnica consolidada em pesquisas qualitativas para examinar materiais escritos, registros oficiais e textos institucionais. A análise documental permite captar discursos e orientações políticas expressas em documentos públicos, possibilitando compreender diretrizes estratégicas adotadas por diferentes atores institucionais (Cellard, 2008). Para dar suporte à análise sobre avanços, desafios e estratégias de promoção da inclusão financeira em diferentes contextos nacionais, foi construído um corpus documental com base em documentos oficiais e institucionais dos cinco países selecionados, publicados entre 2014 e 2024. A seleção dos documentos considerou três critérios principais: (i) relevância para a formulação de políticas públicas em digitalização e inclusão financeira; (ii) atualidade das informações, garantindo que as evidências refletem as iniciativas mais recentes; e (iii) diversidade de abordagens, incluindo diretrizes estratégicas, relatórios avaliativos, diagnósticos



setoriais e estudos de implementação de políticas.

Quadro 1 – Corpus Documental.

País	Documento	Identificação
Brasil	Jornada da cidadania financeira no Brasil (BCB, 2018)	Doc 1
	Relatório de Cidadania Financeira 2021 (BCB, 2021)	Doc 2
	Global Findex: o Brasil na comparação internacional (Série Cidadania Financeira, BCB, 2023)	Doc 3
	Relatório do Piloto Drex - Fase 1 (BCB, 2024)	Doc 4
China	Plano de Desenvolvimento de Fintech (2022-2025) (PBoC)	Doc 1
	Digital Financial Inclusion and Income Inequality in China (IMF Working Paper, 2023)	Doc 2
Índia	National Strategy for Financial Inclusion 2019-2024 (Reserve Bank of India - RBI)	Doc 1
	Concept Note on Central Bank Digital Currency (RBI, 2022)	Doc 2
	Digital Banks: A Proposal for Licensing & Regulatory Regime for India (NITI Aayog, 2022)	Doc 3
	Report on Currency and Finance (RCF) for the year 2023-24 (RBI, via PHD Chamber)	Doc 4
Rússia	Russian Financial Market Development Program for 2022-2024 (Banco da Rússia)	Doc 1
	Report on Financial Inclusion in the Russian Federation 2017 (Banco da Rússia)	Doc 2
	Priorities of the Financial Inclusion Programme of the Russian Federation for 2025-2027 (Banco da Rússia)	Doc 3
África do Sul	An Inclusive Financial Sector for All (National Treasury, 2020, Draft for consultation)	Doc 1
	Financial inclusion and banking sector competition in South Africa (South African Reserve Bank, WP/24/08, 2024)	Doc 2
	Fintech and financial frictions: the rise of revenue-based financing (South African Reserve Bank, WP/25/04, 2025)	Doc 3
	How can agency banking deepen financial inclusion in South Africa? (South African Reserve Bank, WP/25/02, 2025)	Doc 4
	Fintech Scoping in South Africa (Genesis Analytics/World Bank/IFWG, 2019)	Doc 5

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

No Brasil, o corpus incluiu quatro documentos do Banco Central sobre histórico e institucionalização da inclusão financeira, indicadores recentes, comparações internacionais e iniciativas de digitalização, como o piloto do Drex. Na Rússia, três documentos do Banco da Rússia abordaram diagnóstico da inclusão, metas estratégicas de médio prazo e prioridades futuras, detalhando abordagens regulatórias. Na Índia, quatro documentos do Reserve Bank of India e do NITI Aayog trataram de estratégias nacionais, moeda digital, inovação bancária digital e análises macroeconômicas. Na China, dois documentos, incluindo o Plano de Desenvolvimento de Fintech e estudo sobre inclusão digital e desigualdade, permitiram combinar perspectivas normativas e avaliativas. Na África do Sul, o corpus reuniu diretrizes estratégicas, evidências empíricas, três working papers sobre concentração bancária, fintechs e financiamento de Pequenas e Médias Empresas (PMEs), e um relatório sobre atores, segmentos e desafios regulatórios, oferecendo visão sobre legado histórico e modernização financeira.

A análise dos documentos foi conduzida por meio da análise de conteúdo, abordagem apropriada para a identificação de padrões, recorrências e significados nos textos oficiais. De acordo com Bardin (2011), essa técnica permite estruturar a interpretação dos dados com base em categorias previamente definidas, organizando os achados de forma sistemática. Neste estudo, as categorias analíticas foram definidas *a priori*, com base na literatura sobre inclusão financeira e transformação digital, bem como nas diretrizes dos principais organismos internacionais. Foram estabelecidos dois eixos centrais: (i) políticas e desafios relacionados à digitalização financeira, e (ii) políticas e desafios voltados à inclusão financeira.

A análise foi realizada manualmente, por meio de leitura atenta e criteriosa dos



documentos, sem uso de software de apoio, buscando trechos e conteúdos que se encaixem nas categorias definidas. Os resultados foram organizados por meio de uma matriz comparativa, que permitirá mapear e contrastar as iniciativas observadas entre os países do BRICS. Essa abordagem facilitou a identificação de convergências, divergências e inovações institucionais, ampliando a compreensão sobre como cada país conduz sua estratégia de inclusão financeira digital. Para assegurar a confiabilidade analítica, foi empregada a triangulação de fontes, cruzando informações de documentos governamentais, multilaterais e regulatórios. Conforme Denzin (2012), esse procedimento contribui para a validação dos dados e para a redução de vieses interpretativos. A análise dos achados foi complementada por um diálogo com a literatura especializada, favorecendo uma reflexão crítica sobre os avanços e limitações enfrentados por essas economias emergentes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dessa base documental, a análise se desenvolve de forma individualizada para cada país, buscando identificar os principais marcos regulatórios, estratégias institucionais, iniciativas inovadoras e abordagens voltadas à digitalização e inclusão financeira contribuindo para uma compreensão mais abrangente do fenômeno nos distintos contextos analisados.

4.1 BRASIL

A análise do corpus documental revelou conceitos-chave, dados e narrativas institucionais que evidenciam como o país estrutura seus avanços em digitalização e inclusão financeira. Os materiais permitiram organizar desafios e políticas em torno de uma agenda nacional que combina inovação tecnológica com objetivos de cidadania financeira, servindo de base para a interpretação do caso brasileiro em perspectiva comparada.

Quadro 2 - Desafios e Políticas de Digitalização e Inclusão Financeira no Brasil.

Dimensão	Categoria	Achados codificados
Digitalização	Desafios	1. Desigualdade no Acesso e Uso: Avanço do acesso digital, mas persistem diferenças por classe social e idade; a renda é o principal entrave, e idosos apresentam participação abaixo da média nacional (Doc 2, p. 35-36; 96). 2. Cibersegurança e Privacidade: Riscos de fraudes em contratos inteligentes e desafios de equilibrar privacidade (Doc 4, p. 10; 58). A Plataforma Drex enfrenta "trilema" entre privacidade, programabilidade e descentralização (Doc 4, p. 10). 3. Complexidade Tecnológica e Riscos Operacionais: Processos com <i>Distributed Ledger Technology</i> mostraram complexidade superior ao esperado; testes com Anonymous Zether e Starlight evidenciaram limitações de escalabilidade, usabilidade e segurança de dados off-chain (Doc 4, p. 25; 44; 56).
	Políticas	1. PIX: Introduziu inovação nos meios de pagamento, ampliando eficiência, inclusão e competitividade (Doc 2, p. 97; 121; 128). 2. Open Finance: Transformou a interação do cliente com o Sistema Financeiro Nacional, promovendo competição, redução de assimetrias e ambiente favorável à inovação (Doc 2, p. 116-118). 3. Moeda Digital do Banco Central (DREX): "Piloto Drex" testa moeda digital do BC, com diretrizes de inovação tecnológica, segurança jurídica, privacidade/Lei Geral de Proteção de Dados e resiliência cibernética (Doc 4, p. 8-9); objetivo: "melhorar a eficiência dos serviços financeiros e de pagamentos de varejo, além de promover a competição e a inclusão financeira". (Doc 4, p. 7).
Inclusão Financeira	Desafios	1. Baixa Educação e Letramento: Apenas 1/3 dos brasileiros acerta questões básicas sobre inflação, juros e risco; média de letramento financeiro é 59,6/100, inferior entre mulheres, idosos e população de baixa renda (Doc 2, p. 21; Doc 3, p. 5). 2. Inclusão de Baixa Qualidade e Gênero: Lacunas persistem entre os sexos; menor percentual de mulheres tem acesso a contas; crédito consignado concentrado



		nas faixas de renda mais baixas (Doc 3, p. 41; Doc 2, p. 102). 3. Vulnerabilidade e Resiliência: Resiliência financeira dos brasileiros é inferior à média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico; 44,8% afirmam que nunca ou raramente sobra dinheiro ao final do mês (Doc 3, p. 15; 41).
	Políticas	1. Cidadania Financeira (Agenda BC#): Política integral inclusão, proteção e educação financeira, reforçando direitos e deveres do cidadão com relação à sua vida financeira (Doc 1, p. 3; 8; 10). 2. Auxílio Emergencial: Expansão de contas digitais e acesso ao SFN durante a pandemia, com quase 14 milhões de pessoas incluídas (Doc 2, p. 35; 43). 3. Educação Financeira (BNCC/Aprender Valor): Inclusão da educação financeira na Base Nacional Comum Curricular e apoio a escolas via programa Aprender Valor (Doc 1, p. 11; Doc 2, p. 72).

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Após a codificação, os resultados foram tratados e interpretados, permitindo extrair quatro eixos centrais: i) sinergia entre digitalização e inclusão financeira: o Auxílio Emergencial acelerou a digitalização de grupos de baixa renda, enquanto políticas como o Pix buscam reduzir custos e barreiras de acesso; ii) paradoxo, no qual tecnologias avançadas (Pix, Open Finance e Drex) convivem com baixos níveis de letramento e resiliência financeira, ampliando riscos de endividamento e fraudes; iii) ação estratégica do Banco Central, que integra inclusão, educação e proteção por meio de iniciativas como a Agenda BC# e o programa Aprender Valor; e iv) desafio da inclusão dos grupos mais vulneráveis, marcado por desigualdades regionais, de gênero e etárias, além da baixa proficiência digital e desconfiança institucional.

4.2 RÚSSIA

A documentação analisada destacou a centralidade da digitalização e da inclusão financeira como instrumentos de soberania e estabilidade. A organização das evidências em desafios e políticas possibilitou uma leitura crítica do modelo russo, no qual a inclusão é vinculada a estratégias de controle e segurança financeira.

Quadro 3 - Desafios e Políticas de Digitalização e Inclusão Financeira no Rússia.

Dimensão	Categoria	Achados Codificados
Digitalização	Desafios	1. Desigualdade Digital e Barreiras de Acesso: Vulnerabilidade de cidadãos sem conhecimento digital e falta de conectividade ou adaptação dos canais de serviço a todos os grupos populacionais (Doc 1, p. 29; Doc 3, p. 17). 2. Cibersegurança: Novos desafios em proteção do consumidor, informação e resiliência cibernética; o BC planeja campo de treinamento para testar resiliência institucional (Doc 1, p. 34; Doc 3, p. 29). 3. Concentração de Mercado em Ecossistemas: Desenvolvimento de ecossistemas intensifica competição, mas pode gerar riscos de monopolização, discriminação de participantes e restrição de acesso a tecnologias e dados (Doc 1, p. 18; 53).
	Políticas	1. Desenvolvimento de Infraestrutura Digital Nacional: Foco em sistemas-chave como o Sistema de Pagamentos Rápidos, Sistema Biométrico Unificado e Perfil Digital, garantindo acesso equitativo sob regras unificadas (Doc 1, p. 45). 2. Lançamento do Rublo Digital: Projeto do Banco da Rússia visa criar terceira forma de moeda emitida, fortalecer infraestrutura de pagamentos e difundir novas tecnologias financeiras (Doc 1, p. 45; Doc 3, p. 28). 3. Regulação de Ecossistemas e APIs Abertas: Desenvolvimento de arcabouço regulatório para ecossistemas e APIs abertas, garantindo acesso equitativo a dados (Doc 1, p. 44; 53).
Inclusão Financeira	Desafios	1. Baixo Uso por Populações Vulneráveis: Populações rurais, jovens, pessoas de baixa renda, idosos e pessoas com deficiência usam menos serviços bancários (Doc 2, p. 19; Doc 3, p. 2). 2. Baixa Educação Financeira e Confiança: Necessidade de



		aumentar letramento financeiro e disciplina, para reduzir riscos de perdas financeiras em novos investidores (Doc 1, p. 17; 34). 3. Desigualdade Regional e Acesso Físico: Garantir acesso igualitário a serviços em áreas remotas ou esparsamente povoadas; preocupação com redução de agências físicas (Doc 2, p. 4; Doc 3, p. 2).
	Políticas	1. Estratégias Nacionais de Inclusão e Educação Financeira: Programas estratégicos de médio prazo, como o Programa de Desenvolvimento do Mercado Financeiro e Prioridades de Inclusão Financeira, com metas claras e múltiplos stakeholders (Doc 1, p. 3; Doc 3, p. 2). 2. Foco em Acessibilidade Física e Digital para Áreas Remotas: Manutenção de infraestrutura de pontos físicos e desenvolvimento de mini pontos de serviço em correios e varejistas (Doc 3, p. 9; 31). 3. Proteção ao Consumidor e Literacia Digital: Melhorar segurança financeira, criar condições para decisões conscientes, desenvolver literacia de investimento, digital e cibernética, e combater práticas fraudulentas (Doc 1, p. 36; Doc 3, p. 41).

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A análise do corpus russo revela um modelo de inclusão financeira orientado sobretudo por soberania, segurança e estabilidade, em que a modernização tecnológica é instrumentalizada para fins macroeconômicos e de controle institucional. O Banco da Rússia centraliza as inovações regulatórias e tecnológicas, transformando-as em mecanismos de resiliência financeira e de contenção de riscos cibernéticos. Nesse contexto, a inclusão não é mobilizada prioritariamente como vetor de empoderamento individual, mas como componente da segurança sistêmica, o que reflete desafios geopolíticos e territoriais específicos. Essa abordagem confere robustez regulatória, embora possa limitar a ênfase em dimensões sociais e emancipatórias da inclusão.

4.3 ÍNDIA

O conjunto documental mostrou a articulação entre estratégia, implementação e avaliação das políticas ao longo do tempo. A codificação em digitalização e inclusão financeira evidenciou desafios e políticas que permitem compreender o modelo indiano como dinâmico e cumulativo, em que avanços tecnológicos são acompanhados por ajustes institucionais contínuos.

Quadro 4 - Desafios e Políticas de Digitalização e Inclusão Financeira no Índia.

Dimensão	Categoria	Achados Codificados
Digitalização	Desafios	1. Infraestrutura e Conectividade Insuficientes: Áreas rurais e regiões com baixa conectividade dificultam o acesso a serviços financeiros digitais; muitos indianos não conseguiriam usar a Moeda Digital do Banco Central devido à falta de conectividade (Doc 1, p. 15; Doc 2, p. 33). 2. Cibersegurança e Fraudes: Serviços digitais apresentam riscos de clonagem, phishing e fraudes em pagamentos; arquitetura robusta de proteção e resiliência cibernética é essencial (Doc 1, p. 22; Doc 2, p. 36; 39). 3. Concentração no Ecossistema de Pagamentos: Predomínio do National Payments Council of India reduz competição; há necessidade de mais participantes para inovação e diversificação (Doc 1, p. 16).
	Políticas	1. Infraestrutura Pública Digital (India Stack): APIs públicas integradas com Aadhaar, pagamentos em tempo real e compartilhamento de dados por consentimento permitem inovação e soluções centradas no cliente (Doc 4, p. 2). 2. Moeda Digital do Banco Central (e-Rupee): Moeda Digital do Banco Central complementar ao dinheiro existente, distribuída via modelo de duas camadas pelo Banco Central da Índia visando eficiência e inclusão financeira (Doc 2, p. 9; 24). 3. Proposta de Bancos Digitais "Full-Stack": Licença progressiva para bancos puramente digitais (Doc 3, p. 29).
Inclusão	Desafios	1. Baixo Letramento Financeiro: Apenas 27% dos adultos são financeiramente



Financeira		letrados; conhecimento insuficiente limita o uso efetivo dos serviços (Doc 1, p. 6; Doc 3, p. 35). 2. Barreiras Socioculturais e de Gênero: Crenças e normas culturais impedem mulheres de acessar serviços financeiros em algumas regiões (Doc 1, p. 15). 3. Inclusão Superficial (Baixo Uso de Produtos): Apesar do aumento do acesso, muitos não utilizam produtos de crédito, seguro ou pensão, limitando os benefícios da inclusão financeira (Doc 1, p. 15).
	Políticas	1. Estratégia Nacional de Inclusão Financeira (2019-2024): Baseada em seis pilares: acesso universal, buquê básico de serviços, meios de subsistência, educação financeira, proteção do consumidor e coordenação efetiva (Doc 1, p. 5; 17). 2. Programas de Abertura de Contas em Massa (PMJDY): Lançado em 2014, ampliou acesso a serviços financeiros básicos usando a rede bancária existente e inovações tecnológicas (Doc 1, p. 8). 3. Arquitetura "JAM Trinity": A estratégia central do governo indiano se baseia na trindade Jan Dhan (conta bancária básica), Aadhaar (identidade biométrica) e Mobile (telefonia móvel). Essa arquitetura "permite implementar transferências diretas de benefícios em todos os programas de bem-estar social", garantindo eficiência, transparência e reduzindo fraudes. (Doc 1, p. 13).

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A análise documental mostra que o modelo indiano de digitalização e inclusão financeira se distingue pela centralidade da Infraestrutura Pública Digital, combinando identidade biométrica (Aadhaar), pagamentos instantâneos (UPI) e compartilhamento de dados (Account Aggregator). A Índia adota um arranjo híbrido, no qual o Estado catalisa inovação e inclusão, como exemplificam o Pradhan Mantri Jan Dhan Yojana (PMJDY) e a arquitetura "JAM Trinity", que ampliam o acesso bancário e viabilizam distribuição de benefícios com eficiência e transparência. Persistem, entretanto, desafios estruturais: dependência de conectividade digital, baixo letramento financeiro, barreiras socioculturais, concentração no ecossistema de pagamentos e riscos de governança de dados, afetando competição e proteção ao consumidor.

4.4 CHINA

A combinação de fontes normativas e avaliativas equilibrou a análise, mesmo diante de restrições de acesso a dados. A sistematização em torno de desafios e políticas revelou um modelo orientado pela centralização estatal, no qual a digitalização é mobilizada tanto para ampliar a inclusão quanto para reforçar objetivos de segurança e planejamento nacional.

Quadro 5 - Desafios e Políticas de Digitalização e Inclusão Financeira no China.

Dimensão	Categoria	Achados Codificados
Digitalização	Desafios	1. Desigualdade e Fosso Digital: Aplicação de tecnologias inteligentes aprofunda o fosso digital; idosos enfrentam barreiras que podem agravar desigualdade de renda (Doc 1, p. 6; Doc 2, p. 26). 2. Concentração de Mercado e Competição Desordenada: Grandes empresas dominam o ecossistema digital, dificultando a entrada de novas fintechs (Doc 1, p. 6). 3. Riscos de Segurança Cibernética e de Dados: Necessidade de prevenção e controle de riscos de algoritmos, dados e segurança de rede; adoção prematura de tecnologias pode gerar vulnerabilidades (Doc 1, p. 8-9).
	Políticas	1. Estratégia Nacional Top-Down: Plano quinquenal (2022-2025) do Banco Popular da China estabelece metas para aplicação de tecnologias-chave, reengenharia inteligente de serviços financeiros e fortalecimento da regulação prudencial de fintechs (Doc 1, p. 5; 7). 2. Desenvolvimento de Infraestrutura Digital Avançada: Construção de centros de dados verdes, redes financeiras seguras (5G, IoT) e sistemas



		de computação modernos (cloud e edge) (Doc 1, p. 10-11). 3. Regulação da Ética e Uso de Dados: Fortalecimento da ética em fintechs, prevenção do abuso de tecnologia e proteção da privacidade, com governança de dados durante todo o ciclo de vida (Doc 1, p. 12; 14).
Inclusão Financeira	Desafios	1. Aprofundamento da Desigualdade Regional: Digitalização beneficia mais regiões do sul do que do norte, mantendo ou ampliando disparidades entre províncias (Doc 2, p. 1; 11; 13). 2. Exclusão de Grupos Específicos: Idosos enfrentam fosso digital; rápida digitalização prejudica negócios tradicionais, impactando renda de famílias menos adaptadas (Doc 2, p. 18; 24). 3. Riscos da Financeirização: Pessoas de alta renda acessam produtos e tecnologias digitais com mais facilidade e menor custo, ampliando desigualdade de renda (Doc 2, p. 2).
	Políticas	1. Foco em Justiça e Inclusão: PBoC busca com uso de fintechs reduzir o fosso digital entre regiões, grupos e instituições, ampliando o benefício para a população (Doc 1, p. 9). 2. Serviços Financeiros Adaptados: Criação de produtos para grupos vulneráveis, como modos “sênior” em aplicativos, com fonte maior e interface por voz (Doc 1, p. 23). 3. Promoção do Empreendedorismo Rural via E-commerce: Inclusão digital permite que agricultores vendam produtos nacionalmente via e-commerce e live streaming, aumentando renda e reduzindo desigualdade; exemplos incluem as “Aldeias Taobao” (Doc 2, p. 3; 12).

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A análise evidencia que o modelo chinês de digitalização e inclusão financeira é centralizado pelo Estado, guiado pelo Plano de Desenvolvimento de FinTech 2022–2025, que integra inovação tecnológica a objetivos de controle e estabilidade. Embora conglomerados tenham acelerado a digitalização, a intervenção estatal buscou conter riscos sistêmicos e reafirmar autoridade regulatória, equilibrando estímulo à inovação e supervisão. A inclusão favorece populações rurais e reduz desigualdades provinciais, mas acentua assimetrias regionais e mantém barreiras para idosos e grupos menos adaptados ao digital. A ênfase em soberania tecnológica, infraestrutura nacional, proteção de dados e regulação ética reforça a solidez do sistema, limitando diversidade de atores e serviços e configurando um modelo pragmático, mais focado em gestão de riscos coletivos que em empoderamento econômico individual.

4.5 ÁFRICA DO SUL

O corpus documental refletiu um modelo marcado pelo legado de desigualdade histórica e pelo esforço de ampliar o acesso por meio de inovações financeiras. A codificação em desafios e políticas possibilitou uma leitura comparativa que ressalta como a inclusão financeira no país está fortemente vinculada a objetivos de reparação social e redistribuição de oportunidades.

Quadro 6 - Desafios e Políticas de Digitalização e Inclusão Financeira no África do Sul.

Dimensão	Categoria	Achados Codificados
Digitalização	Desafios	1. Custo Elevado de Dados e Smartphones: Preços altos de dispositivos e dados tornam o acesso e o uso de serviços digitais e educação financeira limitados para assalariados de baixa renda (Doc 5, p. 23; Doc 1, p. 103). 2. Concentração de Mercado e Barreiras para Fintechs: Cinco grandes bancos controlam mais de 90% dos ativos, dificultando entrada de novas fintechs; licenciamento oneroso aumenta obstáculos regulatórios (Doc 5, p. 21; Doc 2, p. 4; Doc 5, p. 27; 43). 3. Fricções de Financiamento para PMEs: Fintechs que oferecem crédito baseado em receita enfrentam riscos de <i>moral hazard</i> e <i>adverse selection</i> , além da falta de histórico de crédito tradicional (Doc 3, p. 3; 10).
	Políticas	1. Estratégia Nacional de Fintech e Inovação: o Grupo de Trabalho Intergovernamental de Fintech coordena regulamentação e cria ambiente propício à



		<p>inovação (Doc. 5, p. 29). 2. Modernização da Infraestrutura de Pagamentos: o Project Khokha testou sistema interbancário em DLT (blockchain); o Vision 2025 visa eficiência, segurança e apoio à concorrência fintech (Doc. 5, p. 15, 31). 3. Financiamento Baseado em Receita para PMEs: fintechs oferecem "capital advances", com reembolso atrelado a porcentagem das vendas futuras, reduzindo fricções de monitoramento e execução e aproveitando tecnologia para superar falta de garantias tradicionais (Doc. 3, p. 4–5).</p>
Inclusão Financeira	Desafios	<p>1. Legado de Desigualdade e Economia Dupla: Desigualdade extrema reflete o legado do apartheid; setor financeiro formal sofisticado convive com economia informal mal servida (Doc 1, p. 14; 22). 2. Acesso vs. Uso Significativo: Apesar de 85% de posse de contas, o uso é superficial; produtos de crédito, poupança e seguros têm baixa utilização (Doc 1, p. 17; 43; Doc 2, p. 6; Doc 4, p. 6). 3. Baixo Letramento Financeiro e Barreiras Comportamentais: Educação financeira insuficiente gera decisões ruins, endividamento e vulnerabilidade; predomina uso de dinheiro em espécie e poupança informal (Doc 1, p. 26; 32; 52).</p>
	Políticas	<p>1. Estratégia de Inclusão Financeira Focada no Aprofundamento: Política nacional produtiva de serviços financeiros, estende acesso a PMEs e diversifica provedores (Doc 1, p. 14; 22). 2. Alavancagem dos Auxílios Sociais: O sistema de auxílios sociais da África do Sul é um mundo e serve como o "maior impacto individual sobre como os sul-africanos mais pobres usam o setor financeiro". A política busca alavancar essa rede de distribuição para ir além do dinheiro e incentivar o uso de contas para transações e outros serviços financeiros. (Doc 1, p. 17; 43). 3. Regulação Proporcional e Proteção ao Consumidor: Modelo "Twin Peaks" separa supervisão prudencial e conduta de mercado; princípio I-SIP garante equilíbrio entre inovação, estabilidade e proteção (Doc1, p. 16; 31; 39).</p>

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

O modelo sul-africano de digitalização e inclusão financeira é moldado pela desigualdade estrutural herdada do apartheid e pelas disparidades socioeconômicas. O "Paradoxo da Inclusão" mostra que alta posse de contas não se traduz em uso significativo, devido a baixo letramento e barreiras comportamentais. As políticas priorizam aprofundar a inclusão, combinando acesso a pequenos negócios, auxílios sociais e diversificação de provedores, enquanto a regulação Twin Peaks equilibra inovação, estabilidade e proteção ao consumidor. Diferente de modelos centralizados, o ecossistema adota um formato híbrido: bancos lideram a digitalização e fintechs atendem nichos negligenciados, evidenciando que a efetividade depende da interação entre contexto histórico, estrutura de mercado e regulação.

4.6 PERSPECTIVAS COMPARADAS

A análise de conteúdo dos documentos permitiu comparar as estratégias nacionais de digitalização e inclusão financeira dos BRICS, revelando a ausência de um caminho universal e identificando três modelos distintos. O primeiro, presente na China e na Rússia, caracteriza-se pela atuação centralizada do Estado como "arquiteto da transformação digital e financeira". Nessa abordagem hierárquica, o Estado regula, planeja e conduz o processo, com soberania e estabilidade financeira como pilares. Na China, foca em crescimento econômico e inovação, corrigindo distorções de Big Techs e alinhando a digitalização às metas de desenvolvimento. Na Rússia, prioriza resiliência, mitigação de riscos geopolíticos e proteção do consumidor, consolidando a inclusão financeira como componente da segurança nacional.

O segundo modelo, exemplificado pela Índia, considera a "infraestrutura digital como bem público". O Estado desenvolve e disponibiliza camadas de Infraestrutura Pública Digital (IPD), como Aadhaar e UPI, sobre as quais bancos, fintechs e outros agentes privados competem. Essa



abordagem reduz barreiras, estimula a inovação e cria um ecossistema competitivo. A inclusão financeira é tratada como missão nacional, por meio de programas de bancarização em massa e da arquitetura “JAM Trinity”, que integra contas bancárias, identidade digital e telefonia móvel.

O terceiro modelo, presente no Brasil e na África do Sul, reflete o “paradoxo entre sofisticação financeira e exclusão histórica”. Apesar de setores financeiros modernos, o desafio é transformar acesso formal em uso significativo. Altas taxas de bancarização coexistem com baixo letramento financeiro, endividamento elevado e uso restrito de produtos de poupança e investimento. Políticas como o Pix no Brasil e programas de fintech na África do Sul buscam superar essas barreiras, combinando tecnologia, educação financeira e intervenção social para ampliar a inclusão.

A análise comparada dos casos nacionais de digitalização e inclusão financeira evidencia fatores-chave recorrentes, ainda que com variações significativas, e destaca elementos estruturantes do fenômeno em diferentes contextos. Essa complexidade pode ser compreendida a partir das múltiplas abordagens teóricas propostas por Ozili (2020), que incluem acesso, inclusão social, mercado, financiamento público e fundos de intervenção.

O papel do Estado varia entre os países e se conecta a diferentes modelos teóricos. Na China, a liderança estatal reflete a abordagem do financiamento público, que considera a intervenção essencial para universalizar serviços (Marshall, 2004; Dashi et al., 2013). A Índia adota um modelo híbrido: o governo fornece a infraestrutura pública digital, enquanto o setor privado impulsiona inovação e competição (Mohiuddin, 2015). Na África do Sul, o Estado busca equilibrar inovação e regulação, mediando as forças de mercado. No Brasil, observa-se uma postura mais reativa: medidas como o Pix foram promovidas pela autoridade monetária, mas a inclusão foi fortemente catalisada por demandas emergenciais, como o Auxílio Emergencial durante a Covid-19, demonstrando uma intervenção pontual e reativa.

Outro ponto recorrente é o descompasso entre acesso e uso. Esse paradoxo é particularmente evidente no Brasil e na África do Sul, onde a alta posse de contas nem sempre se traduz em uso significativo, configurando uma “inclusão superficial”, reforçando as preocupações anteriores (Dupas; Robinson, 2013; Gabor; Brooks, 2017), que alertam o perigo de acentuar vulnerabilidade e sobre-endividamento (Soederberg, 2013). Essa constatação alinha-se à perspectiva da inclusão financeira como inclusão social, que argumenta que o acesso, isoladamente, é insuficiente para superar barreiras como o baixo letramento financeiro e a desconfiança (Chibba, 2009; Sarma e Pais, 2011). A China busca enfrentar essa lacuna com serviços adaptados a populações vulneráveis e estímulo ao e-commerce, enquanto a Índia reconhece limitações impostas pelo letramento financeiro, ecoando a necessidade de estratégias integradas que combinem acesso digital e capacitação.

A relação entre digitalização e soberania tecnológica também emerge como um tema central. China e Rússia, com sua preocupação explícita com a autonomia digital, tratam a digitalização como questão de segurança nacional, uma extensão da abordagem do financiamento público, onde o Estado controla a infraestrutura estratégica (Marshall, 2004). Em contraste, no Brasil, na Índia e na África do Sul, a ênfase na eficiência dos mercados, na competição e na interoperabilidade reflete a dominância da abordagem de mercado, que confia na iniciativa privada para gerar inovação e expandir o acesso (Cull et al., 2013).

As fontes de inovação também se diferenciam de forma marcante. Na China, a liderança inicial das grandes empresas de tecnologia representa a força da abordagem de mercado, posteriormente moderada por uma forte regulação estatal. Na Índia, o Estado criou a infraestrutura pública que viabiliza a inovação por múltiplos agentes, desde startups a bancos, um caso exemplar de como a abordagem de financiamento público pode potencializar a abordagem de mercado. No Brasil e na África do Sul, a inovação ocorre em um ambiente mais competitivo e fragmentado, com



disputas entre incumbentes e fintechs, o que caracteriza plenamente a abordagem de mercado (Mohiuddin, 2015). Além disso, os achados evidenciam a ampliação da noção de sustentabilidade dentro da inclusão financeira. Conforme Usman *et al.* (2021), a agenda global conecta inclusão financeira à sustentabilidade ambiental; nos BRICS, essa dimensão se manifesta de formas distintas: Brasil e África do Sul enfatizam sustentabilidade social e reparação de desigualdades históricas, enquanto Rússia e China priorizam sustentabilidade soberana, utilizando a digitalização como instrumento de segurança nacional.

A análise comparativa mostra que não existe um modelo universal; cada país segue sua trajetória segundo legado institucional e capacidades estatais. China e Rússia evidenciam que direção estatal, alinhada ao financiamento público, pode acelerar resultados. A Índia ilustra como o Estado, ao fornecer infraestrutura como bem público, pode habilitar inovação de mercado em larga escala. No Brasil e na África do Sul, o desafio vai além do acesso: é preciso superar entraves estruturais e educacionais para transformar acesso formal em bem-estar financeiro, reforçando a visão da inclusão como inclusão social (Chibba, 2009). Como ressalta Ozili (2020), a eficácia de políticas depende da aderência aos desafios locais, combinando esforços público e privado para uma inclusão financeira efetiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi analisar o panorama da inclusão financeira nos países dos BRICS no contexto da digitalização financeira, a fim de compreender avanços, desafios e políticas adotadas para ampliar o acesso e o uso de serviços financeiros digitais. Para isso, empregou-se uma abordagem qualitativa baseada na análise documental de relatórios oficiais, planos estratégicos e publicações multilaterais, sistematizados por meio da análise de conteúdo.

A pesquisa evidencia três achados principais sobre digitalização e inclusão financeira nos BRICS. Primeiro, existem três trajetórias distintas: China e Rússia adotam modelo centralizado, com forte liderança estatal; a Índia foca em infraestrutura digital como bem público, combinando base estatal e inovação privada; Brasil e África do Sul enfrentam o paradoxo entre sofisticação financeira e exclusão histórica, com dificuldade em converter acesso em uso efetivo. Segundo, o descompasso entre acesso e uso gera “inclusão superficial” em países como Brasil e África do Sul, marcada por baixo letramento, vulnerabilidade e risco de endividamento. Terceiro, a digitalização se relaciona com soberania e sustentabilidade: China e Rússia priorizam autonomia e segurança, Brasil e África do Sul enfatizam reparação social e redução de desigualdades, e a Índia conecta infraestrutura pública à inovação privada em larga escala.

Esses resultados oferecem contribuições relevantes tanto para a literatura quanto para a prática de políticas públicas e gestão financeira. Ao expandir os estudos sobre inclusão financeira nos BRICS (Pandey *et al.*, 2023; Vuković *et al.*, 2024; Syed *et al.*, 2024; Onatunji, 2024; Syed, 2025; Dong *et al.*, 2025; Talbi; Sebai, 2025), o estudo também fornece lições práticas para formuladores de políticas em outras economias emergentes. Nos países com forte capacidade estatal, o arquétipo do Estado como Arquiteto Central mostra que a intervenção direta pode gerar resultados rápidos, mas demanda regulação robusta para mitigar riscos sistêmicos. O modelo indiano, baseado na infraestrutura digital como bem público, demonstra como o Estado pode reduzir barreiras e custos, fomentando um ecossistema competitivo e dinâmico para o setor privado. Já o Paradoxo da Sofisticação e Exclusão, observado no Brasil e na África do Sul, evidencia a necessidade de políticas voltadas ao aprofundamento da inclusão, combinando educação financeira, proteção ao consumidor e integração de programas sociais.

Entretanto, a pesquisa apresenta limitações, como a ênfase em análises documentais e secundárias, que podem não capturar completamente práticas locais ou mudanças recentes, e a



generalização dos resultados para contextos fora dos BRICS. Estudos futuros poderiam incluir pesquisas empíricas de campo, análises comparativas em outros grupos de países emergentes e investigação sobre o impacto de políticas específicas de Moedas Digitais de Banco Central e fintechs na inclusão financeira efetiva.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, F.; DEMIRGÜÇ-KUNT, A.; KLAPPER, L.; PERIA, M. S. M. The foundations of financial inclusion: Understanding ownership and use of formal accounts. **Journal of Financial Intermediation**, v. 27, p. 1–30, 2016.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Jornada da Educação Financeira**. Brasília, 2018.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório da 1ª fase do Piloto Drex**. Brasília, 2023.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Cidadania Financeira 2021**. Brasília, 2021.
- BANCO DA RÚSSIA. **Priorities of the Financial Inclusion Programme (25/27)**. Moscou, 2025.
- BANCO DA RÚSSIA. **Report on Financial Inclusion in the Russian Federation**. Moscou, 2017.
- BANCO DA RÚSSIA. **Russian Financial Market Development Program for 2022–2024**. Moscou, 2022.
- BURGESS, R.; PANDE, R. Do rural banks matter? Evidence from the Indian social banking experiment. **American Economic Review**, v. 95, n. 3, p. 780–795, 2005.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295–316.
- CHIBBA, M. Financial inclusion, poverty reduction and the Millennium Development Goals. **European Journal of Development Research**, v. 21, n. 2, p. 213–230, 2009.
- CHURCHILL, S. A.; MARISSETTY, V. B. Financial inclusion and poverty: A tale of forty-five thousand households. **Applied Economics**, v. 52, n. 16, p. 1777–1788, 2020.
- CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: Escolhendo entre cinco abordagens**. Porto Alegre: Penso, 2014.
- CULL, R.; CULL, R. J.; DEMIRGÜÇ-KUNT, A.; MORDUCH, J. (Eds.). **Banking the world: Empirical foundations of financial inclusion**. Cambridge, MA: MIT Press, 2013.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **The Sage handbook of qualitative research**. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2012.



DASHI, E.; LAHAYE, E.; RIZVANOLLI, R. **Trends in international funding for financial inclusion**. Washington, DC: Center for Financial Inclusion, 2013.

DEMIRGUC-KUNT, A.; KLAPPER, L.; SINGER, D.; ANSAR, S.; HESS, J. **The Global Findex Database 2017: Measuring Financial Inclusion and the Fintech Revolution**. Washington, DC: World Bank, 2018.

DEMIRGÜÇ-KUNT, A.; KLAPPER, L. Measuring financial inclusion: Explaining variation in use of financial services across and within countries. **Brookings Papers on Economic Activity**, 2013(1), p. 279–340, 2013.

DONG, Q.; BALSALOBRE-LORENTE, D.; SYED, Q. R. The critical role of financial inclusion in green growth: Evidence from BRICS countries. **Research in International Business and Finance**, v. 76, 102847, 2025.

DUPAS, P.; ROBINSON, J. Savings constraints and microenterprise development: Evidence from a field experiment in Kenya. **American Economic Journal: Applied Economics**, v. 5, n. 1, p. 163–192, 2013.

EL-ZOGHBI, M.; GÄHWILER, B.; LAUER, K. **Cross-border funding of microfinance**. CGAP Focus Note, n. 70. Washington, DC: CGAP, 2011.

GABOR, D.; BROOKS, S. The digital revolution in financial inclusion: International development in the fintech era. **New Political Economy**, v. 22, n. 4, p. 423–436, 2017.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Digital Financial Inclusion and Income Inequality in China**. Washington, DC, 2025.

KIM, D.; YU, J.; HASSAN, M. K. Financial inclusion and economic growth in OIC countries. **Research in International Business and Finance**, v. 43, p. 1–14, 2018.

MARSHALL, J. N. Financial institutions in disadvantaged areas: A comparative analysis of policies encouraging financial inclusion in Britain and the United States. **Environment and Planning A**, v. 36, n. 2, p. 241–261, 2004.

MOHIUDDIN, S. **Private sector leadership in financial inclusion**. Corporate Citizenship Center, U.S. Chamber of Commerce Foundation, 2015.

NATIONAL TREASURY. **Financial Inclusion Policy – An Inclusive Financial Sector For All**. Pretória, 2020.

NITI AAYOG. **A Proposal for Licensing & Regulatory Regime for India**. Nova Délhi, 2022.

ONATUNJI, O. G. The potency of financial inclusion for income inequality reduction in BRICS economies: Does institutional quality matter? **Global Journal of Emerging Market Economies**, v. 17, n. 1, p. 49–72, 2024.

OUMA, S. A.; ODONGO, T. M.; WERE, M. Mobile financial services and financial inclusion: Is it a boon for savings mobilization? **Review of Development Finance**, v. 7, n. 1, p. 29–35, 2017.



OZILI, P. K. Impact of digital finance on financial inclusion and stability. **Borsa Istanbul Review**, v. 18, n. 4, p. 329–340, 2018.

OZILI, P. K. Theories of financial inclusion. In: ÖZEN, E.; GRIMA, S. (Eds.). **Uncertainty and challenges in contemporary economic behaviour**. Leeds: Emerald Publishing Limited, 2020. p. 89–115. (Emerald Studies in Finance, Insurance, and Risk Management).

PANDEY, A.; KIRAN, R.; SHARMA, R. K. Investigating the determinants of financial inclusion in BRICS economies: Panel data analysis using fixed-effect and cross-section random effect. **Sustainability**, v. 15, n. 2, 1603, 2023.

PEOPLE'S BANK OF CHINA. **Fintech Development Plan (2022–2025)**. Pequim, 2022.

RESERVE BANK OF INDIA. **Concept Note on CBDC (e-Rupee)**. Mumbai, 2022.

RESERVE BANK OF INDIA. **National Strategy for Financial Inclusion 2019–2024**. Mumbai, 2019.

SARMA, M. **Index of financial inclusion**. Indian Council for Research on International Economic Relations, 2008.

SARMA, M.; PAIS, J. Financial inclusion and development. **Journal of International Development**, v. 23, p. 613–628, 2011.

SETHI, D.; ACHARYA, D. Financial inclusion and economic growth linkage: Some cross-country evidence. **Journal of Financial Economic Policy**, v. 10, n. 3, p. 369–385, 2018.

SOEDERBERG, S. Universalising financial inclusion and the securitisation of development. **Third World Quarterly**, v. 34, n. 4, p. 593–612, 2013.

SOUTH AFRICAN RESERVE BANK. **Financial inclusion and banking sector competition in South Africa**. Pretória, 2024.

SOUTH AFRICAN RESERVE BANK. **Fintech and financial frictions: the rise of revenue-based financing**. Pretória, 2025.

SYED, A. A. Assessing the role of global and regional economic integration on financial inclusion among BRICS economies. **Journal of Financial Economic Policy**, 2025.

SYED, A. A.; ULLAH, A.; KAMAL, M. A. Does economic policy uncertainty impede financial inclusion in BRICS economies? The mediating role of quality of governance. **Economic Change and Restructuring**, v. 57, 11, 2024.

SWAMY, V. Financial inclusion, gender dimension, and economic impact on poor households. **World Development**, v. 56, p. 1–15, 2014.

TALBI, O.; SEBAI, M. Exploring the relationship between financial inclusion and financial stability in BRICS countries: A panel smooth transition regression analysis. **Development and**



Sustainability in Economics and Finance, v. 6, 100042, 2025.

USMAN, M.; MAKHDUM, A. S. A.; KOUSAR, R. Does financial inclusion, renewable and non-renewable energy utilization accelerate ecological footprints and economic growth?

Sustainable Cities and Society, v. 65, 102590, 2021.

VUKOVIĆ, D. B.; HASSAN, M. K.; KWAKYE, B.; FEBTINUGRAINI, A.; SHAKIB, M. Does fintech matter for financial inclusion and financial stability in BRICS markets? **Emerging Markets Review**, v. 61, 101164, 2024.

WORLD BANK. **Universal financial access**. Washington, DC: World Bank, 2020.

WORLD BANK. **Global Findex Database 2021: Adults with an account (% age 15+)**, 2021.

ZHARIKOV, M. V. Digital money options for the BRICS. **International Journal of Financial Studies**, v. 11, n. 1, 42, 2023.

ZINS, A.; WEILL, L. The determinants of financial inclusion in Africa. **Review of Development Finance**, v. 6, n. 1, p. 46–57, 2016.